Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; Altera Dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, Ambas de 24 de Julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Aprovada Pelo Decreto-lei no 5.452, de 1o de Maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de Fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de Janeiro de 1990; e Revoga As Leis no 9.317, de 5 de Dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de Outubro de 1999. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 14 jul. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008**. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp128.htm>. Acesso em: 17 out. de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.884/2009**. Cria o Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6884.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 139/2011**. Altera o limite de faturamento do MEI para até R$ 60.000,00 e modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp139.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 147/2014**. Altera Lei Complementar nº 123/2006, com simplificação de processos e procedimentos, impede o aumento de IPTU, cobranças de taxas diversas e normatiza o processo de cobranças de taxas associativas para o MEI, bem como modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp147.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016**. Altera a Lei

Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006 para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nos 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp155.htm>. Acesso em 18 de out. de 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.598/2007**. Cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM e estabelece normas gerais para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11598.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

Portal do Empreendedor. **O que um MEI pode fazer?**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/temas/quero-ser/formalize-se/atividades-permitidas>. Acesso em 16 out. de 2017.

SEBRAE. **MEI – Microempreendedor Individual**. Disponível em: <http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/2f69648c16ac415820747cc0339821da/$File/microempreendedorindividual.pdf>. Acesso 16 out. 2017.

SPÍNOLA, André Silva; JESUS, José Sérgio de. **Microempreendedor individual passo a passo para a formalização**: manual do palestrante. Brasília, 2017.